



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 240

**FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS PARA A
AMAZÔNIA BRASILEIRA DO FINAL DO SÉCULO XIX
AO INÍCIO DO SÉCULO XX: O CASO DOS ITALIANOS**

Marília Ferreira Emmi

Belém, Outubro de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 240

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA DO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX: O CASO DOS ITALIANOS

Marília Ferreira Emmi

Resumo:

Pensar na presença italiana na Amazônia do fim do século XIX ao início do século XX, significa situar esse segmento no conjunto das correntes migratórias que se dirigem para a região, tendo como principal motivação a busca pelas apregoadas riquezas decorrentes da exploração da borracha. Os imigrantes vincularam-se a diversas atividades, dando importante contribuição tanto no domínio econômico quanto no técnico, profissional e cultural. Nessa Amazônia multicultural, tiveram maior representatividade numérica três fluxos migratórios de europeus: portugueses, espanhóis e italianos; e dois fluxos asiáticos: libaneses; e mais tardiamente, de japoneses, cada qual mantendo suas peculiaridades. No contexto dessa migração internacional, a corrente italiana e suas contribuições para o processo de desenvolvimento regional constituíram nosso foco de análise. A pesquisa foi direcionada para as famílias de italianos que elegeram a Amazônia como região de destino, percorrendo diferentes trajetórias, aqui se fixaram e se integraram à economia e sociedade amazônicas. Evidências empíricas permitem agrupar esses imigrantes em dois grupos: imigração subsidiada dirigida para as colônias agrícolas e imigração espontânea dirigida às cidades. A imigração dos dois segmentos foi contemporânea, mas se diferenciou quanto às razões norteadoras da migração, quanto à composição social, à origem regional e às áreas de destino.

Palavras-chaves: Amazônia fins do século XIX. Fluxos migratórios. Italianos no Brasil.

Refletir sobre os fluxos migratórios internacionais que se dirigiram para a Amazônia a partir da segunda metade do século XX implica em ter presente diferentes motivações que os países de origem e os países de destino apresentaram nesse período, resultando na ocorrência das grandes migrações internacionais para a América. Os países europeus vivenciaram ao longo do século XIX diferentes processos de transição demográfica, caracterizados pelo contemporâneo aumento das taxas de natalidade e o decréscimo das taxas de mortalidade trazendo como consequência a aceleração do crescimento demográfico. Esses processos aliados às mudanças pelas quais passava o capitalismo, em decorrência da Segunda Revolução Industrial, ocasionaram uma acentuação nas emigrações europeias, a partir da segunda metade do século XIX.

Os principais países de destino dos 31 milhões de imigrantes que chegaram à América de 1881 a 1915 foram Estados Unidos que receberam 21 milhões, Argentina (4,2 milhões), Brasil (2,9 milhões) e Canadá (2,5 milhões). Esse período vai marcar importante mudança na origem desses imigrantes. Apesar de os países europeus tradicionais no movimento emigratório, como a Irlanda e a Alemanha continuarem a ter posição destacada, alguns países do Sul e do Leste europeu passaram a emergir como exportadores de trabalhadores. Da Itália vieram cerca de 7,7 milhões de trabalhadores, do Império Austro-húngaro 4,2 milhões, da Espanha 3,2 milhões, da Rússia e Polônia 2,5 milhões e, de Portugal um milhão, que se dividiram entre os Estados Unidos e o Brasil que recebeu cerca de 80% dos emigrantes portugueses (Klein, 2000).

Essa onda migratória atendia tanto os interesses dos países de origem na transferência de excedentes populacionais como as demandas dos países de destino, entre eles o Brasil, que via na absorção desses fluxos humanos um modo de resolver seus problemas de povoamento e de carência de mão de obra, privilegiando a população branca, por fatores ideológicos. Os interesses dos imigrantes estavam centrados nos subsídios, nas possibilidades de trabalho e de acesso à terra, alimentados por intensa propaganda oficial ou particular: fatores que pesavam positivamente na decisão de emigrar por parte de grupos de estrangeiros de várias nacionalidades.

Segundo Levy (1974), no período compreendido entre 1820, quando são encontrados os primeiros dados sobre entradas de estrangeiros no Brasil, e 1871, ano anterior à realização do primeiro recenseamento geral do Brasil, foram registradas 250.487 entradas de imigrantes de diversas nacionalidades. O censo de 1872 registra a presença de 389.459 estrangeiros, o que leva, segundo a pesquisadora, à conclusão de que já havia estrangeiros residindo no Brasil antes de 1820, ou que os dados referentes às entradas entre 1820 e 1871 estavam sub-estimados. Por ordem decrescente de importância numérica, as principais nacionalidades eram a portuguesa, a italiana, a espanhola. No início do século XX foi promulgado na Itália o decreto Prinetti (1902). Esse decreto proibiu a migração subsidiada de italianos para o Brasil, devido às precárias condições a que esses emigrantes eram submetidos no estado de São Paulo. A migração de italianos sofre a partir desse momento

redução significativa e é durante esse período que os imigrantes japoneses chegam ao Brasil (1908), através de imigração subsidiada por companhias japonesas (Levy, 1974).

Embora mantendo as peculiaridades de cada onda migratória, existem traços comuns entre os principais fluxos migratórios europeus para o Brasil, destacando aqueles de portugueses, espanhóis e italianos. Esses fluxos resultam da não-absorção pelos respectivos mercados nacionais do grande contingente de camponeses expulsos de suas terras em decorrência do desenvolvimento das relações capitalistas e respondiam, por outro lado, à solicitação de mão-de-obra assalariada para substituição da escrava, pelos países da América. A mediação ideológica estimuladora da emigração residia, portanto na esperança de adquirir a propriedade rural. (Pereira, 2002).

Por outro lado, analisar a motivação de cada fluxo migratório necessita ter presente o movimento de emigração e imigração em sua dupla dimensão de fato coletivo e de itinerário individual, ou seja, a trajetória e as experiências singulares dos emigrantes/imigrantes. A imigração é, pois, um processo social de mobilidade de grupos que se origina em estruturas sociais espacialmente delimitadas. Mas, esse processo social contempla e nele têm lugar diferentes trajetórias com suas particularidades, permitindo desse modo que se perceba a diferenciação entre e dentro dos vários fluxos migratórios, na qualidade de emigrante e na situação de imigrante (Sayad, 1998). Nesse sentido as áreas de origem e de destino, o momento histórico da migração e os condicionantes socioeconômicos, ideológicos, políticos e demográficos ganham importância diferenciada para cada fluxo considerado

A Amazônia brasileira como destino de imigrantes europeus e asiáticos

Pensar na presença italiana na Amazônia do fim do século XIX até às primeiras décadas do século XX significa situar este segmento no conjunto das correntes migratórias que se dirigiram para a região, tendo como principal motivação a busca pelas apregoadas riquezas decorrentes da exploração da borracha.

Um retrato da imigração internacional na Amazônia pode ser obtido através dos dados sobre o movimento imigratório no porto de Belém, no início do século XX, registrados no Anuário Estatístico do Brasil. Segundo essa fonte, entre 1908 e 1910, entraram no porto de Belém cerca de 13.500 estrangeiros de várias nacionalidades, destacando-se os portugueses (48,67%), os espanhóis (15,98%), os ingleses (7,18%), os turco-árabes (4,69%) e os italianos (4,15%). O crescimento econômico da Amazônia, decorrente da elevação dos preços da borracha nesse período pode ter constituído fator motivador dessa expressiva imigração.

Os imigrantes vincularam-se a diversas atividades dando, portanto, importante contribuição tanto no domínio econômico, quanto no técnico, profissional e cultural. Os ingleses teriam se destacado na construção de portos, produção de energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico, além de significativa participação no setor de comercialização e do crédito, setor do qual compartilhavam ainda os americanos e franceses. A participação de judeus espanhóis e norte-africanos foi principalmente nas atividades de escritório e contabilidade comercial, e dos portugueses no comércio por atacado e varejo. Os estrangeiros de um modo geral deram significativa contribuição na

organização dos serviços terciários de natureza privada, numa região que dava os primeiros passos na esfera do capital mercantil (Santos, 1980). A contribuição dos italianos, com suas pequenas fábricas de calçados e de bebidas e no comércio de atacado e varejo, sobretudo na exportação de produtos regionais atividade em que se associavam a comerciantes portugueses é registrada por Aliprandi e Martini (1932).

Entretanto, mesmo após o colapso da borracha, imigrantes continuaram chegando. É o que se pode deduzir do número significativo de estrangeiros que residiam na Amazônia por ocasião do censo de 1920, quando a economia da borracha amazônica já estava decadente em consequência do avanço da produção asiática que se tornara crescente desde 1913. Tanto as novas entradas, como a permanência de grupos de imigrantes que passaram a instalar pequenas fábricas para abastecer o mercado local iniciaram um processo de substituição de importação de produtos que não mais podiam ser importados do mercado europeu. A partir da década de 1940 assiste-se uma diminuição no ritmo das imigrações no Brasil e os censos de 1940 e 1950 revelam acentuada queda na imigração internacional na Amazônia.

Tabela 1: População estrangeira no Pará e no Amazonas conforme a nacionalidade (1872-1950)

| Origem | 1872 | | 1920 | | 1940 | | 1950 | |
|------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | PA | AM | PA | AM | PA | AM | PA | AM |
| EUROPA | <u>5.076</u> | <u>814</u> | <u>19662</u> | <u>9963</u> | <u>8268</u> | <u>3801</u> | <u>5744</u> | <u>2501</u> |
| Portugal | 4.463 | 689 | 14211 | 7615 | 5657 | 2863 | 4113 | 1844 |
| Espanha | 158 | 35 | 3355 | 986 | 1065 | 322 | 778 | 198 |
| Itália | 37 | 12 | 1114 | 726 | 566 | 342 | 376 | 279 |
| França | 210 | 13 | 316 | 92 | 177 | 45 | 70 | 29 |
| Inglaterra | 93 | 56 | 310 | 363 | 363 | 99 | 126 | 59 |
| Alemanha | 64 | 5 | 163 | 72 | 186 | 64 | 114 | 25 |
| Outros países | – | 3 | 193 | 109 | 154 | 66 | 167 | 67 |
| AMÉRICA | <u>177</u> | <u>1246</u> | <u>559</u> | <u>5807</u> | <u>662</u> | <u>2169</u> | <u>712</u> | <u>1733</u> |
| ÁSIA | – | – | <u>1463</u> | <u>843</u> | <u>1310</u> | <u>760</u> | <u>1027</u> | <u>519</u> |
| Turquia Asiática | – | – | 1460 | 811 | 27 | 36 | 19 | 5 |
| Líbano e Síria | – | – | – | – | 821 | 424 | 586 | 314 |
| Japão | – | – | 3 | 32 | 458 | 297 | 413 | 195 |
| Outros países | – | – | – | – | 4 | 3 | 2 | 5 |
| ÁFRICA | <u>1.256</u> | <u>88</u> | – | – | <u>126</u> | <u>64</u> | <u>68</u> | <u>33</u> |

| | | | | | | | | |
|-------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| Sem identificação | 19 | 15 | 399 | 323 | 7 | 2 | 12 | 11 |
| TOTAL | 6.529 | 2199 | 22083 | 16936 | 10373 | 6796 | 7563 | 4797 |

Fonte: Emmi (2007).

No contexto, dessa Amazônia multicultural, tiveram maior representatividade numérica três fluxos migratórios de europeus: portugueses, espanhóis e italianos e dois fluxos asiáticos : libaneses e mais tardiamente o de japoneses, cada qual mantendo suas peculiaridades.

A forte presença portuguesa na Amazônia vem desde os tempos coloniais quando a província do Grão-Pará era diretamente ligada à coroa portuguesa, situação que só vai mudar em 1823, com a adesão do Pará à independência. A imigração portuguesa que teve no Brasil a quase exclusividade de destino se intensifica no final do século XIX e se mantém em números significativos nas primeiras décadas do século XX. As marcas portuguesas na Amazônia estão no comércio, nas associações esportivas e recreativas, além da arquitetura e da denominação portuguesa de várias cidades amazônicas. Segundo Fontes (2002) os grupos que se direcionaram ao Pará constituíam imigração não subsidiada, composta em sua maioria por homens solteiros. A procedência dos imigrantes era principalmente das regiões do Douro, Minho e Beira Alta. Eles direcionaram-se para as cidades onde desempenhavam atividades ligadas ao comércio.

A imigração espanhola direcionada à Amazônia está relacionada com o projeto de colonização agrícola implantado no Pará a partir de 1896 ao longo da estrada de ferro Belém - Bragança. Os primeiros imigrantes chegaram ao Pará em várias levadas vindas principalmente da Galícia, províncias de Pontevedra, Ourense e Lugo. O fluxo migratório espanhol era formado por grupos familiares que subsidiados pelo governo paraense vieram povoar os núcleos coloniais Benjamim Constant, Jambuassu, Marapanim, José de Alencar, Santa Rosa, Ferreira Pena e Couto de Magalhães. Novos grupos chegaram em decorrência da Guerra Civil (1936-1939). Além da agricultura, dedicaram-se ao setor de serviços nas cidades. (Martinez, 2000).

O fluxo de libaneses dirigido ao Brasil vinha do campo e dirigia-se principalmente aos centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, todavia espalharam-se como mascates em várias cidades brasileiras (Karaan, 1998). Refletindo sobre a presença do fluxo “sírio-libanês” na Amazônia, Benchimol (1999) registra que esse segmento era formado por grupos familiares oriundos de Batroun, Baalbeck, Ghazzir, Dimen, Ghosta, Jbeil e Beirute (Líbano) e de Ayo, Hamma e Damasco (Síria) e vinham tentar a vida como comerciantes em Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco no rastro da economia da borracha. Era uma imigração familiar. Quando vinham solteiros mandavam buscar suas noivas na região de origem, geralmente com algum grau de parentesco, mantendo a coesão na vida familiar e nos negócios. Por outro lado, Zaidan (2001) assinala que ao chegarem ao porto de Belém os libaneses tomavam o caminho do interior do estado, seja por meio fluvial chegando a Cametá, Monte Alegre, Óbidos, Santarém, seja pela estrada de ferro de Bragança, onde se encontram muitos descendentes. O sucesso comercial desse fluxo pode ser avaliado, segundo esse autor, pelo registro de um número significativo de firmas nas juntas comerciais dos estados do Pará e do Amazonas no início do século XX.

A imigração japonesa para a Amazônia pode ser considerada tardia se comparada com a de outros fluxos migratórios. Foi somente a partir de 1908 que desembarcaram os primeiros japoneses no Brasil. Na Amazônia essa imigração se estabeleceu no final da década de 1920 no estado do Pará e no início da década de 1930 no estado do Amazonas. Era uma imigração subsidiada pelo governo japonês formada de famílias de agricultores e que foram responsáveis pela introdução da cultura de pimenta-do-reino e da juta na região (Homma, 2007).

Italianos na Amazônia

Nessa Amazônia, terra de imigrantes, é a corrente italiana que para cá se dirigiu e suas contribuições para o processo de desenvolvimento regional que constitui nosso foco de análise. Entre os italianos, um grupo significativo foi formado por religiosos que vinham atender determinações específicas de suas respectivas congregações. Eles deixaram as marcas de sua presença em estabelecimentos de ensino e em hospitais. Outro grupo importante era composto por arquitetos, pintores, músicos e outros artistas. A presença desses artistas foi de grande relevo pelas marcas que deixaram nas cidades amazônicas e a propaganda de suas obras na Itália pode ter constituído um estímulo para outros grupos emigrarem espontaneamente.

A pesquisa foi direcionada para as famílias de imigrantes italianos que elegeram a Amazônia como região de destino percorrendo diferentes trajetórias que se iniciavam do outro lado do Atlântico, aqui se fixaram e se integraram à economia e à sociedade amazônicas. Embora o número de imigrantes vindos para a Amazônia seja menor, se comparado com os que vieram para o Sul e Sudeste do Brasil, evidências empíricas permitem agrupar os imigrantes italianos em dois grandes segmentos: (1) imigração subsidiada dirigida para as colônias agrícolas e, (2) imigração espontânea dirigida às cidades. A imigração dos dois segmentos foi contemporânea, ou seja, ambos começaram a chegar nas duas últimas décadas do século XIX, se diferenciaram quanto às razões norteadoras da migração, à composição social, à origem regional e às áreas de destino dentro da Amazônia.

Italianos nas colônias agrícolas

A imigração dirigida para as colônias agrícolas está inserida no projeto de colonização inaugurado pelo governo Imperial e que teve continuidade nos primeiros anos da República, visando o povoamento de algumas regiões do território nacional por agricultores estrangeiros. O objetivo da política era atrair imigrantes principalmente do continente europeu para povoar os considerados vazios demográficos, neles estabelecendo colônias agrícolas, o que permitiria tanto a posse do território, como a produção de riquezas. Por isso, o imigrante desejado era o agricultor ou artesão que aceitasse viver em colônias e não o aventureiro que preferisse viver nas cidades (Oliveira, 2001).

Embora tenha sido referida na literatura como uma iniciativa fracassada e por isso de menor importância, é relevante recuperar a memória da experiência de implantação de colônias agrícolas com

imigrantes estrangeiros na Amazônia. Apesar da curta existência desta corrente, as colônias representaram a porta de entrada para a fixação de famílias italianas no interior da Amazônia e sua contribuição econômica e social é notada até hoje.

No estado do Pará, das experiências do período Imperial, a mais expressiva foi criação da colônia de Benevides onde foram introduzidas 180 famílias de várias nacionalidades: franceses, italianos, espanhóis, alemães, belgas, ingleses e suíços. Entretanto foi a partir do período Republicano, iniciado em 1889, que essa política se intensificou com a criação de 10 núcleos agrícolas situados ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança e que se destinavam a receber imigrantes europeus.

O fluxo migratório de italianos direcionado para as colônias agrícolas foi composto por grupos familiares de agricultores que em 1899, em navios da companhia *La Ligure Brasileira* deixaram a Itália destinando-se a povoar colônias agrícolas de Anita Garibaldi, Ianetama e Outeiro, localizadas no estado do Pará. Esse povoamento se daria através de contratos firmados entre o Governo do Estado e concessionários que se responsabilizavam pela vinda e instalação dos colonos.

Foram grandes as dificuldades para encontrar dados que permitissem a identificação e a análise desse segmento. Em primeiro lugar, porque a esparsa literatura que se refere às colônias agrícolas destinadas a receber imigrantes italianos no Norte do Brasil apenas registra que essas foram experiências mal sucedidas, mas não existe qualquer discussão sobre as causas desse insucesso (Trento, 1989; Cenni, 2003). Por outro lado, os dados sobre esses imigrantes são escassos e localizá-los demandou um grande esforço de pesquisa em manuscritos do acervo da antiga Repartição de Terras e Colonização que se encontra no Arquivo Público do Pará. Contudo, esses registros permitem reconstituir uma listagem desses imigrantes, que embora incompleta, fornece pistas sobre a origem regional, a composição familiar, a idade de imigração, a data de chegada, o navio que os transportou e outras informações importantes que ajudaram situar essa corrente migratória no contexto da imigração italiana na Amazônia.

Colônia Anita Garibaldi

A colônia Anita Garibaldi originou-se de um contrato, assinado em dezembro de 1898, entre o Governo do Estado e o cidadão italiano Mario Cataruzza. Pelo contrato, esse concessionário se comprometia em fundar uma colônia para introduzir no Pará, duzentas famílias de agricultores italianos, originários das regiões do Veneto, Lombardia, Piemonte e Emilia Romagna, localizadas na Itália Setentrional. A colônia situava-se numa área de 5000 hectares localizada próximo ao atual município de Castanhal.

De acordo com o contrato, os lotes agrícolas seriam destinados à plantação de cereais e produtos comerciais como cana, café e algodão, conforme as normas estabelecidas pela Sociedade Paraense de Agricultura. Entre outras exigências, esse contrato obrigava o concessionário a fazer a discriminação dos lotes, abrir estradas, efetuar derrubada e queimada, construir uma casa para cada família, construir escolas, ir buscar as famílias pessoalmente na Itália, fornecer alimentação aos

colonos nos seis primeiros meses e entregar a colônia totalmente emancipada ao Estado dentro do prazo de um ano, quando as 200 famílias tivessem sido instaladas (Cruz, 1955).

Como se pode deduzir da organização espacial da colônia apresentada por Penteadó (1967) esperava-se um empreendimento de grande envergadura para época, mas as exigências do contrato eram realmente incomuns para a época. O contratante não conseguiu cumpri-las. Das 200 famílias previstas, só conseguiu introduzir 19, totalizando 95 pessoas. O contrato foi rescindido em dezembro de 1899, o que praticamente eliminou a entrada de mais estrangeiros na colônia. Mesmo assim, em 1900 a população da colônia havia aumentado para 917 pessoas, o que representa um salto de mais de 900%. Mas, destas apenas 37 eram italianas, outras eram espanholas, belgas e a maioria brasileiras. Com o contrato rompido a colônia passou a ser administrada pela Repartição de Colonização e Imigração. O núcleo se notabilizou durante vários anos pela produção de farinha de mandioca, onde havia 18 fornos de cobre para a fabricação desse produto (Cruz, 1955).

Com a expansão do município de Castanhal, as terras da antiga colônia foram incorporadas a esse município. No momento da pesquisa, em 2006, não foi encontrado nessa área nenhum descendente dos agricultores italianos trazidos por Cataruzza. Supõe-se que os italianos abandonaram a colônia e espalharam-se por vários municípios da região bragantina.

Colônia Modelo de Outeiro

O surgimento da colônia de Outeiro parece estar diretamente relacionado com a criação em 1895 da Hospedaria dos Imigrantes. Em terras ao lado dessa hospedaria foi criado um Núcleo Modelo, que receberia imigrantes de várias nacionalidades, entre os quais os italianos. (Muniz, 1916).

Com base num acordo firmado em 1899 com o governo Itália, foi feita uma tentativa de instalar imigrantes dessa nacionalidade na colônia de Outeiro. Pelo acordo, cada família receberia um lote de 25 hectares, dos quais 10 metros quadrados já estariam desmatados e receberia ainda salário durante três dias por semana para desmatar o resto do terreno; receberia também, ferramentas de trabalho, utensílios de cozinha e alimentação gratuita nos primeiros seis meses. O acordo garantia ainda o repatriamento após seis meses, para os colonos que não tivessem se adaptado ao clima (Trento, 1989). O historiador informa que apenas três das 12 famílias que aqui chegaram permaneceram no Pará. Outras foram repatriadas.

No Arquivo Público do Pará encontramos informações parciais sobre nove dessas doze famílias. Localizou-se uma Declaração contendo a assinatura de nove chefes de família, todos do Veneto, que em 15 de junho de 1899, pelo vapor Rio Amazonas, da companhia Ligure Brasileira, sob a responsabilidade do senhor Gustavo Gavotti, teriam vindo para Belém com a finalidade de se estabelecer em Outeiro. No documento constam assinaturas dos chefes de família Pietro Montagnini, Giorgio Montagnini, Sisto Montagnini, Ângelo Moi, Francesco Moi, Secondo Zapparoli, Ângelo Palachini, Antonio Gilioli e Ascanio Balavato. Observa-se que além de pertencerem à mesma região,

Vêneto (norte da Itália) a lista apresenta 3 chefes de famílias com o mesmo sobrenome Montagnini e 2 com o mesmo sobrenome Moi. A relação familiar é evidente, uma vez que eram provenientes da mesma região, talvez da mesma comuna e emigraram no mesmo navio, tendo em comum a mesma área de destino. Em 1900, havia na colônia 11 famílias totalizando 47 pessoas, das quais apenas 7 eram italianas, outras eram espanholas, portuguesas e brasileiras. Em 1902, no governo de Augusto Montenegro, o Núcleo Modelo de Outeiro foi declarado extinto e em 1904 foram expedidos títulos gratuitos de terra para antigos ocupantes e 6 foram adquiridos por compra (Muniz, 1916).



Foto 1 – Famílias de imigrantes italianos e espanhóis em frente à Hospedaria de Imigrantes de Outeiro/PA, 1898. Fonte: Caccavoni, 1898. Apud, Emmi, 2008. Pag. 136

Colônia Ianetama

A colônia Ianetama foi outro núcleo agrícola especificamente destinado a receber imigrantes italianos. Ficava localizado à margem da estrada de ferro de Bragança a 19 km de Castanhal. Surgiu em virtude de um contrato assinado entre o estado do Pará e o armador italiano Salvador Nicosia, em janeiro de 1899, para a introdução de 200 famílias de agricultores italianos. Visava a criação de um estabelecimento pecuário regular e a instalação de maquinismos especiais para o fabrico de banha e artigos que pudessem ser produzidos com suínos (MUNIZ, 1916). A colônia, que totalizava aproximadamente 5.000 hectares, foi preparada pelo Serviço de Terras do Pará, para receber os

imigrantes. Com essa finalidade foram demarcados 200 lotes de aproximadamente 25 hectares, construíram-se casas e foram abertas linhas e 12 travessas.(Penteado, 1967)

Salvador Nicosia trouxe para a colônia 48 famílias. No Arquivo Público do Pará, encontram-se as listas nominais dos membros dessas famílias que totalizavam 295 pessoas que embarcaram no porto de Gênova em 1899, com destino a Belém nos navios Rio Amazonas e Rei Umberto da companhia *La Ligure Brasiliana*.

Os documentos encontrados no Arquivo Público do Estado do Pará dão pistas das características pessoais desses emigrantes, através das informações contidas no certificado de embarque assinado pelo chefe da família, nos certificados de notoriedade onde se declarava a profissão (sempre de agricultor), de boa conduta, de residência, certificados médicos e de condição familiar (certificados de pobreza).Das 48 famílias trazidas por Salvador Nicosia para a colônia de Ianetama, foi possível recuperar informações sobre 29 famílias .

Tabela 2 Origem das famílias da colônia Ianetama

| Família | No. de pessoas | Região | Província | Comuna |
|----------------|-----------------------|---------------|------------------|---------------|
| Penzo | 5 | Campânia | Benevento | Morione |
| Ruzzo | 5 | Campânia | Benevento | Morione |
| Monza | 9 | Campânia | Caserta | Gricignano |
| Russo | 6 | Campânia | Caserta | Gricignano |
| Trabbuco | 3 | Campânia | Caserta | Carniola |
| Torrecio | 6 | Campânia | Caserta | Carniola |
| Sinvaci | 5 | Campânia | Caserta | Aquino |
| Tersigni | 4 | Campânia | Caserta | Aquino |
| Ceraldi | s/i | Campânia | Caserta | Serra Aurunca |
| Reale | 6 | Campânia | Caserta | Serra Aurunca |
| Suppapola | 4 | Campânia | Caserta | Serra Aurunca |
| Vernile | 5 | Campânia | Caserta | Serra Aurunca |
| Di Ruzza | 8 | Campânia | Caserta | Castrocielo |
| Palermo | 5 | Campânia | Nápoles | Secondigliano |
| Viviano | 6 | Campânia | Nápoles | Secondigliano |
| Armênio | 6 | Campânia | Nápoles | Antimo |
| Accardo | 13 | Campânia | Nápoles | Boscotecrase |
| Pallavicino | 11 | Sicília | Siracusa | Scieli |
| Arrabito | 9 | Sicília | Siracusa | Scieli |

| | | | | |
|---------------|-----|---------|----------|----------|
| Carbone | s/i | Sicília | Siracusa | Scieli |
| Sachetto | 6 | Veneto | Rovigo | Aobeia |
| Panavati | 8 | Veneto | Rovigo | Papaezze |
| Antrighesso | 9 | Veneto | Treviso | Nervesa |
| Narciso | 11 | Veneto | Padova | S/I |
| Palazzo | 4 | Veneto | Padova | S/I |
| Civetta | 5 | Veneto | Padova | S/I |
| D'Angio | 4 | Veneto | Padova | S/I |
| Guagliariello | 6 | Veneto | Padova | S/I |
| Della Ciopa | 5 | Veneto | Verona | S/I |

Fonte: Emmi (2008)

A tabela 2 permite pontuar algumas evidências: Tratava-se de uma imigração familiar. Na Itália, como nas demais sociedades agrárias européias, a família constituía a unidade principal da organização do trabalho. A vinda para colônias agrícolas propiciava a preservação do trabalho familiar. Essas famílias vieram da Itália em grupos nos mesmos navios, e no mesmo período. Quanto às regiões de origem, observa-se que esses imigrantes formavam três grupos: do Vêneto (Itália Setentrional), vieram 32% enquanto que 58% vieram da Campânia (Itália Meridional) e 10% da Sicília (Itália Insular). Observa-se ainda que muitos eram provenientes das mesmas províncias e até mesmo das mesmas localidades, sugerindo migração em grupos. As províncias com maior número de emigrantes foram Caserta e Nápoles (Campânia) e Padova (Vêneto). A predominância dos vênets e dos campanos entre os imigrantes italianos que vieram para o Brasil no fim do século XIX já foi evidenciada por Trento (1989).

Das listas de colonos trazidas para Iauaretama que se encontram no Arquivo Público do Pará infere-se ainda que, as unidades familiares trazidas por Salvador Nicósia eram nucleares, ou seja, formadas pelo casal com filhos solteiros. Havia casos em que não correspondiam a esse padrão e traziam como agregados, pai ou mãe do chefe, irmãos, sobrinhos, cunhados e em alguns casos sogro ou sogra do chefe. As famílias eram numerosas, havia famílias com 9, 11 e até 13 membros. Mas, além da família nuclear pais e filhos, com frequência eram relacionados outros parentes e até mesmo agregados. A família Accardo, por exemplo, era composta por 13 pessoas além da esposa e dos 6 filhos, estavam relacionados irmão, cunhada e sobrinhos (na realidade eram duas famílias). A família Pallavicino (11 pessoas) era formada pela esposa, 5 filhos, sogros e cunhados; a Pavanati, além de esposa e dos 2 filhos são relacionados 4 conviventes (agregados, todos adultos parecendo compor outra família). Os chefes de família tinham em média 42 anos, as esposas 34 anos. Os casais tinham em média 4 filhos, com idade variando entre 1 e 19 anos.

Apesar dos esforços e gastos efetuados, Salvador Nicosia não conseguiu satisfazer o compromisso com o Estado, que previa a introdução de 200 famílias, o que deu motivo à rescisão do

contrato em 1899. Passando a dirigir o funcionamento da colônia, o Estado destinou o restante dos lotes a imigrantes espanhóis e a nacionais (nordestinos). Em 1900 nele viviam 99 famílias das quais 89 eram nacionais, 7 espanholas e apenas 3 italianas (Muniz, 1916).

As terras da antiga colônia de Ianetama hoje fazem parte da área urbana do município de Castanhal, onde não se encontrou na pesquisa de campo qualquer referência a descendentes das famílias trazidas por Nicosia. No final de 1899, com a rescisão dos contratos que haviam criado as colônias de Anita Garibaldi e Ianetama, o governo paraense não concedeu mais autorização para a criação de novos núcleos. Continuava haver apenas imigração espontânea, sem ônus para o tesouro do Estado.



Mapa 1 – Origem regional de imigrantes italianos que vieram para as colônias agrícolas Annita Garibaldi, Ianetama e Modelo de Outeiro.

Fonte: Base Digital ESRI. Apud, Emmi, 2008 pag. 145

Como uma primeira conclusão pode-se afirmar que as raízes das famílias italianas nas colônias do Pará podem ser identificadas no período Imperial, na colônia de Benevides, a qual não sobreviveu até 1900, e no período Republicano nas colônias de Anita Garibaldi, Ianetama e Outeiro.

Entretanto a maioria das famílias não permaneceu por muito tempo nesses núcleos coloniais, como nos casos analisados acima. Deduz-se que se espalharam por vários municípios paraenses, sobretudo da região bragantina onde é fácil identificar descendentes de italianos.

Em 1902, argumentando medidas de economia e o insucesso na fixação dos estrangeiros nas colônias agrícolas, o governador do Pará, Augusto Montenegro, decidiu emancipar todas as colônias agrícolas. Esse foi o fim da colonização agrícola com europeus no Pará. Todavia, ainda que a política de colonização tenha sido redirecionada e não se incentive mais a vinda de estrangeiros, um segmento de italianos que desde o fim do século XIX se direcionava às cidades amazônicas, continua chegando, às vezes em grandes levadas, conforme registram os jornais da época. Agora eles vêm por iniciativa própria, muitas vezes motivados pelas “cartas de chamada” de parentes que tiveram sucesso, sobretudo no comércio. Esses comerciantes vão chegando e se localizando preferencialmente em Belém e Manaus e um segmento particular desses imigrantes vai se espalhar por várias cidades amazônicas principalmente na região do baixo Amazonas.

Italianos nas cidades amazônicas

Se os projetos de colonização agrícola do fim do Império e do início do período republicano constituíram a porta de entrada dos italianos na Amazônia, há evidências de que paralela a essa imigração e além dela se firmou uma imigração não dirigida pelo Estado, constituída por diferentes grupos de italianos que vieram se fixar em cidades da Amazônia. Denominamos esse segmento de *imigração espontânea de italianos para cidades amazônicas*.

A procedência regional dos italianos que vieram para as cidades amazônicas apresenta-se diversificada. Algumas famílias vieram da Itália setentrional, das regiões do Veneto, Lombardia, Emilia Romagna, Piemonte e Ligúria, como as famílias Calliari, Macola, Schivazappa, Urbinati, de Boni, Grandi, Dinelli, Bisi, Biondin e Aliverti. Da Itália central, região do Lazio, vieram as famílias Del Pomo e Biolchini e da Toscana, as famílias Cei, Camarlinghi, Ricci, Cardelli e Desideri. Da Itália insular, região da Sicília vieram as famílias Aita, Conti, Emmi, Filippo, Malato e Renda.

Embora a origem regional possa pontualmente ser diversificada, a maioria dos imigrantes veio da Itália meridional, principalmente de três regiões, Calábria, Basilicata e Campânia. Entre os meridionais, um grupo se distingue dos demais que por motivações diversas aportaram na Amazônia. Esse grupo apresenta características que o aproximam de uma corrente migratória que na literatura recente sobre imigração italiana vem sendo chamada de imigração *calabro-lucano-campana* (Cappelli, 2007). Esse segmento seria formado por pequenos proprietários e artesãos originários da Calabria, Campânia e Basilicata (antiga Lucânia) que com recursos próprios emigraram e se instalaram nas capitais e cidades do Norte e do Nordeste do Brasil. Constituiu um grupo mais numeroso do que o da

colonização dirigida para as colônias agrícolas e teve maior continuidade. Seus descendentes ainda são encontrados em várias cidades amazônicas

Segundo Cappelli (2007) a corrente migratória calabro-lucana-campana tem particularidades que a distingue dos grupos que caracterizaram a grande imigração de massas em direção à América Latina. Em primeiro lugar, por não ter procurado as grandes metrópoles como Buenos Aires e São Paulo, regiões tradicionais de imigração italiana de massa, pelo contrário, dirigiu-se às áreas periféricas sem grande tradição imigratória como Cuba, República Dominicana, Guatemala, Costa Rica, Colômbia, Equador e ainda regiões periféricas como o Norte e o Nordeste do Brasil. Em segundo lugar, diferente dos grupos da grande migração que se caracterizavam geralmente por serem segmentos constituídos por pobres e analfabetos - cujo deslocamento era subsidiado pelo Estado – esse segmento era formado em sua maioria por pequenos proprietários, e artesãos, pessoas que traziam pequenas economias e possuíam habilidades específicas (sapateiros, funileiros, ourives, pintores) e algum grau de instrução.

A motivação de emigrar não estava, portanto ligada diretamente a uma situação de miséria, mas se circunscrevia dentro de uma vasta estratégia de mobilidade geográfica e social de grupos, na qual pesavam fatores culturais. Em terceiro lugar, nas cidades de destino, esses imigrantes em sua maioria artesãos e pequenos proprietários excluía de seus horizontes a perspectiva de trabalho agrícola e do isolamento em ambiente rural. Por outro lado, evitavam, se possível, as grandes capitais, preferiam pequenos centros urbanos, onde exerciam suas atividades artesanais aliadas a atividades comerciais. É preciso, portanto, compreender as lógicas e as estratégias dessa corrente migratória a qual estruturando espontaneamente seus vínculos, ligações familiares e parentais, valia-se da proteção de redes de amigos e de vizinhos, lembrando a identidade dos vilarejos, das aldeias. Havia tendência de concentrar o fluxo migratório de cada localidade de origem em poucas destinações, onde era possível de qualquer modo reproduzir os laços de solidariedade que deram vida ao projeto migratório, para proteger e tornar produtivo o investimento inicial.

Os estudos sobre imigração italiana no período das grandes migrações apresentam uma constatação comum: as dificuldades econômicas vividas pela Itália e o correspondente interesse das elites econômicas na colonização (caso do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo) ou em braços para a lavoura e o conseqüente processo de proletarianização dos imigrantes italianos em São Paulo (Alvim, 1986). Todavia esses estudos não podem ser generalizados para a Amazônia, uma vez que a corrente migratória dirigida às colônias agrícolas teve existência efêmera, embora tenha deixado suas marcas na agricultura paraense. Por outro lado, a imigração espontânea para as cidades não pode ser caracterizada como constituída por mão-de-obra assalariada; ela foi composta predominantemente por pequenos proprietários e artesãos que aqui se dedicaram a vários tipos de atividades como sapateiros, alfaiates, funileiros e se firmaram, sobretudo exercendo atividades comerciais. Essa migração direcionada às cidades amazônicas é, pois, diferente da que foi para o Centro-Sul quanto aos grupos envolvidos, expressão numérica, motivações, composição social, estratégias migratórias e atividades econômicas exercidas. O papel dos italianos nas cidades amazônicas guardaria relativa aproximação

com os estudos de Constantino (1991) sobre os moraneses (calabreses) em Porto Alegre, com o diferencial sobre a composição regional dessa corrente e sua localização em municípios distantes das capitais.

A existência na Amazônia de um segmento dessa corrente migratória originária da Calábria, Basilicata e Campânia pode ser deduzida a partir de dados sobre cerca de cem famílias relacionadas por Emmi (2008, p. 168-170) que teriam chegado à região nas últimas décadas do século XIX e se localizado em várias cidades onde seus membros se firmaram principalmente como comerciantes. Dados levantados no Vice-Consulado da Itália em Belém, nas entrevistas realizadas com filhos de alguns desses imigrantes, aliados às informações de relatórios de viajantes italianos do início do século XX, como Ronca (1908) e Aliprandi e Martini (1932) permitiram uma relativa aproximação com o universo dessa imigração. Pode se deduzir dessas informações que nas últimas décadas do século XIX e início do século XX começaram a chegar à região famílias de pequenos proprietários e artesãos italianos que, vindo com algum recurso, montaram suas casas comerciais em cidades amazônicas, uma vez que o comércio era a principal atividade econômica impulsionada pela valorização da borracha no mercado internacional.



Mapa 4 – Regiões e províncias de maior incidência de imigrantes italianos para as cidades amazônicas.
Fonte: Base Digital ESRI. Apud, Emmi, 2008 pag. 160

O segmento de italianos que se dirigiu às cidades amazônicas fixou-se nas capitais do Pará e do Amazonas, Belém e Manaus, e em alguns municípios localizados ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes, por onde circulava o capital mercantil decorrente da economia da borracha. Mas, mesmo com o declínio dessa economia muitos permaneceram nessas cidades.

As cem famílias relacionadas certamente representam somente uma amostra do fluxo de italianos originários desses lugares que procuraram as cidades paraenses e amazonenses como destino

final de sua migração, refere-se apenas aos imigrantes que compareceram ao vice-consulado para solicitar registro ou documento, ou ainda aos que foram citados nas entrevistas e fontes consultadas.

Quanto à região de origem, a maioria das famílias veio da Basilicata (60%), todas da mesma província (Potenza), e principalmente da comuna de Rivello (localidade de San Costantino,) e da comuna de Castelluccio Inferiore . Quanto às cidades de destino, as famílias que vieram de Castelluccio Inferiore localizaram-se principalmente em Belém e Manaus, enquanto as que vieram de San Costantino di Rivello, localizaram-se preferencialmente em municípios do baixo Amazonas onde se fixaram alguns grupos familiares que posteriormente através de “cartas de chamada”, faziam vir da Itália parentes e amigos, como demonstra a existência dos mesmos troncos familiares que se fixaram em várias cidades. Quanto às famílias que vieram da Calábria (24%), todas eram da província de Cosenza, principalmente das comunas de Papisidero e Laino Borgo e localizaram-se em Belém e em Manaus. Da Campânia (16%) as famílias das províncias de Salerno localizaram-se preferencialmente em Belém, as originárias de outras províncias fixaram-se em cidades do interior do Pará. Essas evidências tomam força na literatura especializada que ressalta a proximidade geográfica no destino de migrantes originários das mesmas regiões onde é possível reproduzir os laços de solidariedade e contar com a proteção de redes familiares e vicinais (Constantino, 1991; Cappelli, 2007).

Trajetórias e estratégias migratórias

As trajetórias foram diversificadas. Embora boa parte das famílias italianas tenha vindo diretamente para cidades amazônicas, sobretudo aquelas que já contavam com a presença de um parente ou amigo na cidade de destino, outros passaram por cidades do Centro-Sul ou do Nordeste, antes de se fixarem na Amazônia. Mas, houve imigrantes que saindo da Itália, seguiram trajetória diversa que incluía passagem por outros países da América Latina, como Venezuela e Colômbia.

A emigração dos italianos com destino às cidades amazônicas, seja ela direta ou com paradas intermediárias, de um modo geral dava-se por etapas. Primeiro vinham os homens (chefes de família ou solteiros), depois de estabelecidos mandavam buscar suas esposas e filhos ou ainda, voltavam à pátria para buscá-los. Se solteiros, voltavam à Itália para contrair matrimônio ou para completar o serviço militar e em alguns casos partiam como voluntários para lutar na guerra. Em alguns casos, os imigrantes economicamente bem sucedidos, chamavam parentes e amigos para auxiliarem em seus empreendimentos. Esse convite era formalizado através da “carta de chamada”, na qual quem desejava promover a vinda de um parente ou amigo, comprometia-se diante do governo brasileiro, através do Delegado de Polícia do Município, a fornecer os recursos necessários a sua subsistência durante todo o tempo da sua permanência no Brasil, ou repatriá-lo se não pudesse tê-lo sob sua responsabilidade. Esse documento era exigido pelo consulado para emissão do passaporte. Foi através desse mecanismo,

que segundo as entrevistas, um número significativo de pessoas da localidade de San Costantino de Rivello, gradativamente foram chegando para diversas cidades do baixo Amazonas.

As “cartas de chamada” também eram utilizadas quando por algum motivo o imigrante pretendia voltar para a Itália e desejava deixar seus negócios nas mãos de um parente, que posteriormente podia também chamar outros parentes. O sentimento de família era muito forte, sendo comum que esses imigrantes geralmente se casassem com noivas italianas que haviam deixado na própria terra quando da sua viagem para o Brasil, ou com filhas de outros italianos que já se encontravam radicados no país. Os casamentos na própria comunidade contribuíam para manter as tradições e costumes e conseqüentemente, para olhar a região para qual emigrou como uma extensão da Itália (Andrade, 1992; Bassanezzi, 1996). Estes elementos mostram claramente uma estratégia social de integrar famílias que teceram laços econômicos e matrimoniais. Alguns entrevistados relatam casamentos freqüentes entre famílias que emigraram juntas, as quais muitas vezes já possuíam relações de parentesco em seu lugar de origem, ou seja, membros de famílias emigrantes eram casados entre si já na Itália. Outros casamentos aconteceram no Brasil entre seus descendentes, reforçando a rede de parentesco.

Nas cidades, os italianos procuravam morar em ruas do centro comercial. A motivação principal dos primeiros imigrantes seria a proximidade do local de trabalho, ou ainda, porque a casa tinha geralmente a dupla função de comércio e residência. Os que chegavam depois preferiam também essa localização porque podiam contar com uma rede de apoio nos primeiros anos de imigração. Segundo informantes, os italianos radicados em Belém davam suporte a outros italianos que chegavam à capital; aqueles que não tinham parentes na cidade se hospedavam nas pensões de senhoras italianas, geralmente localizadas no centro comercial, ou nas casas de outros italianos.

Os depoimentos registrados na pesquisa indicam que muitos italianos que se fixaram nas cidades amazônicas trouxeram além da experiência de sua pátria, outros elementos culturais, econômicos e sociais acumulados ao longo da viagem por vários estados brasileiros e países da América Latina. Essa bagagem acumulada certamente produziu um diferencial em sua condição de imigrante e de certo modo, favoreceu não só o exercício de atividades econômicas, como também propiciou melhor integração na sociedade local. Por outro lado as diferentes estratégias migratórias – migração por etapas, casamentos endogâmicos, proximidade da localização das moradias – serviram para o estabelecimento de redes familiares ou vicinais onde buscavam apoio, sobretudo nos primeiros anos de imigração. As fortes ligações que os originários das mesmas localidades mantinham nos países de destino não constituíram, entretanto, obstáculo ao processo de integração desses italianos nas cidades amazônicas, ao contrário, foram muito rápidos graças às limitadas dimensões quantitativas das comunidades de imigrantes.

Contribuição da imigração de italianos à economia amazônica

Com as riquezas decorrentes da borracha, o poder público direcionava parte dos recursos financeiros para a implementação de um processo de modernização das cidades. Os italianos inseriram-se em diferentes setores da economia. Houve uma experiência na colonização agrícola, entretanto, o crescimento urbano propiciava condições favoráveis e criava um mercado de atividades de prestação de serviços que atraiu boa parte dos imigrantes que chegavam às cidades. Por outro lado os que traziam algumas economias, geralmente empregaram seus capitais na criação de estabelecimentos comerciais nas capitais e em cidades por onde circulavam as riquezas que a economia da borracha propiciava. Houve casos em que a habilidade artesanal evoluiu para a criação de fábricas de sapatos ou proporcionou a criação de alfaiatarias e ourivesarias; ao lado destes, alguns permaneceram exercendo atividades de menor qualificação como engraxates, jornaleiros, marceneiros, pedreiros, entre outras.

A experiência de implantação de colônias agrícolas com imigrantes italianos foi datada (final do século XIX) e pontualmente localizada às margens da estrada de ferro de Bragança e em áreas próximas a Belém. Se essa experiência não resultou no fortalecimento do setor agrícola na região, de acordo com os objetivos que nortearam a criação das colônias agrícolas, ainda assim pode-se avaliar um saldo positivo no sentido de permitir a introdução de novos processos de tratar a terra com os conhecimentos que os europeus traziam resultando num incremento da produção e desenvolvimento agrícola (Cruz, 1963).

Nem todos os imigrantes destacaram-se no plano econômico. Para uma parcela dos imigrantes a vida nas cidades amazônicas foi permeada de dificuldades e para sobreviverem desempenhavam funções consideradas subalternas. Na construção da sociedade amazônica também contribuíram muitos imigrantes com seu trabalho anônimo de engraxates, jornaleiros, verdureiros, carregadores, estivadores, ferreiros, vendedores ambulantes e outras profissões de menor prestígio social. Uns ofereciam seus serviços de porta em porta como consertos de sombrinhas e utensílios domésticos; outros tinham banca de engraxate próximo do terminal do trem ou no comércio, onde também consertavam sapatos.

Todavia nas cidades amazônicas a principal atividade econômica exercida pelos calabreses, lucanos e campanos foi o comércio. Porque de pequenos proprietários e artesãos tornaram-se principalmente comerciantes? A resposta a esta questão necessita situar historicamente a estrutura econômica da Amazônia que acolheu esses imigrantes.

O panorama econômico do Pará em 1870 era de relativa prosperidade, uma vez que exportava uma quantidade significativa de produtos extrativos como cacau, castanha, algodão, couros e peles. A partir de 1877 quando a exploração extrativa da borracha passa a registrar acentuada subida de preços e os capitais e força de trabalho são canalizados para essa exploração é o momento em que se assiste uma corrida em direção à Amazônia e no bojo dessa vem também um seguimento de imigrantes italianos que conseguem se firmar embora de maneira subordinada, ao capital mercantil predominante na época.

Em Belém, o comércio dos italianos era mais direcionado ao atendimento das necessidades das populações urbanas, principalmente gêneros alimentícios, materiais de construção, joalherias, confecções e calçados que muitas vezes eram produzidos nas fábricas dos comerciantes, ou seja, aliavam a fabricação ao comércio.

O sucesso comercial desses italianos, as redes familiares que os apoiavam e a sua integração na sociedade local, estimularam outros imigrantes que mesmo com a crise da borracha, conseguiram permanecer no comércio, fundaram novas casas comerciais e nelas se mantiveram atuantes por muitas décadas.

Os imigrantes italianos também tiveram participação significativa nos primórdios da indústria paraense. O recenseamento industrial de 1920 registra a existência de 15 estabelecimentos industriais pertencentes a italianos, nos estados do Pará e do Amazonas, empregando 166 operários. Entretanto, Costa (1924) chama atenção para empreendimentos de maior porte, pertencentes a italianos que haviam se instalado no Pará no início do século XX. Destaca, por exemplo, a importância da participação de italianos na indústria de beneficiamento de sementes oleaginosas para a economia paraense na década de 1920, quando foram criadas duas usinas em Belém, a Victoria e a Conceição.

A literatura destaca também a importância dos italianos na instalação das primeiras fábricas de calçados na Amazônia. Nesse setor destacou-se fábrica Boa Fama em Belém que era de propriedade do senhor Nicola Conte, natural de Casteluccio Inferiore, província de Potenza, região da Basilicata. Tendo chegado ao Pará em 1907, Nicolau começou a trabalhar de forma artesanal e em 1912 montou sua fábrica adquirindo máquinas movidas a eletricidade. A Boa Fama foi considerada como a primeira fábrica de sapatos do Norte do Brasil. O estabelecimento tinha cerca de 200 empregados de ambos os sexos, sendo alguns italianos e a maioria constituída por brasileiros. A produção diária era de 1.500 pares de sapatos que eram exportados não somente para os estados do Norte e do Nordeste do Brasil como também para a Guiana Francesa e o Peru. (Costa, 1924).

Os italianos que se radicaram no Pará montaram seus estabelecimentos comerciais não somente em Belém, mas em várias cidades do interior paraense, principalmente na região do baixo Amazonas: Santarém, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Terra Santa e Faro

Tal como em Belém, a empresa comercial dos italianos no baixo Amazonas era familiar. Os negócios eram tocados pelos proprietários, filhos e muitas vezes pela esposa e filhas. Os sócios geralmente tinham algum grau de parentesco: irmãos, primos, cunhados, tios ou ainda amigos da mesma província/localidade de origem, o que reforçava os laços e as redes familiares. Mas, a clientela desses estabelecimentos não se restringia aos patrícios, pois era composta também por moradores da região. Havia italianos que vinham trabalhar com amigos e parentes e ao melhorar suas condições econômicas, se instalavam como comerciantes, com casas próprias ou em sociedades com amigos e parentes. Alguns comerciantes bem situados funcionavam como intermediários entre comerciantes de menores posses e as firmas comerciais localizadas em Belém.

Os que tinham maiores posses iam várias vezes à Itália em visita a familiares, o que não aconteceu com a maioria deles. Havia certa hierarquia entre esses comerciantes que era não só marcada pelo pioneirismo na penetração na região como também pelo porte e pela solidez da firma no

fornecimento de mercadorias aos aviados que criavam certas relações de dependência. Passavam muitas vezes por esses “patrões” italianos a obtenção de créditos de comerciantes do baixo Amazonas junto às casas aviadoras localizadas em Belém, entre as quais, Ferreira Costa & Cia, Ferreira D’Oliveira & Sobrinho e A. Monteiro da Silva, de comerciantes portugueses que também eram proprietários de navios e barcos utilizados pelos italianos do baixo Amazonas em suas viagens a Belém (Aliprandi & Martini, 1932)

Conclusões

A reconstrução da história social da imigração italiana na Amazônia do final do século XIX à primeira metade do século XX, privilegiando as relações sociais, econômicas e políticas desse processo constituiu o principal foco desta pesquisa. Na compreensão dessa realidade regional é importante investigar a participação desses imigrantes como um dos agentes da história regional, elementos da estrutura social vigente. Não se conhecem famílias de imigrantes italianos possuidoras de uma grande fortuna na Amazônia, embora seus negócios tenham perdurado por várias gerações assegurando uma continuidade de tradição familiar e de trajetórias que definem seu campo. Alguns conseguiram amealhar pequenas fortunas e ocupar posições de destaque na vida profissional, artística e política.

Com longa trajetória no processo histórico é impossível perceber todos os passos dos italianos, todas suas formas de inserção social, todos os mecanismos utilizados na construção e reconstrução da identidade. Ao identificar-se com a região de destino o italiano passou a inserir com sua presença, no conjunto do quadro étnico-cultural da população amazônica, um novo elemento, diversificando e enriquecendo esse quadro étnico-cultural. A presença italiana é reconhecida pela importância econômica e cultural que representou. Sendo em número pequeno, esses italianos não constituíram núcleos fechados nas cidades amazônicas e rapidamente passaram a fazer parte delas. Hábitos de poupança e de operosidade concorreram para o êxito dos imigrantes e para sua integração. Por outro lado, o papel esperado de estrangeiro é de indutor de novidades. Nesse sentido, novos hábitos foram introduzidos, inclusive na culinária com o uso de massas e o consumo de verduras e legumes, produto de suas hortas caseiras.

A entrada dos italianos, nesse espaço de tempo, foi marcada por momentos de maior ou menor intensidade de fluxos e pelo ingresso de grupos oriundos de diferentes regiões e províncias, com trajetórias distintas. Essa imigração é, de um modo geral, explicada como decorrente de transformações sócio-demográficas e de mudanças provocadas pelo capitalismo na pátria-mãe. Entretanto, a identificação de diferentes grupos deste processo migratório, impulsionados por diversas motivações, levou a alargar a compreensão sobre as causas da emigração. O fenômeno migratório é muito complexo e não é redutível mecanicamente a causas estritamente econômicas, outras motivações, como por exemplo, os aspectos culturais têm peso significativo.

Deste modo, sob uma ótica interdisciplinar procurou-se compreender as razões dos vários segmentos de italianos que, no contexto das grandes migrações, se deslocaram para a Amazônia. As grandes explicações teóricas que privilegiam as causas econômicas dão conta da motivação do deslocamento de uns segmentos, a exemplo do formado por agricultores que vieram subsidiados pelo Estado para as colônias agrícolas. No deslocamento do grupo de artesãos e pequenos proprietários, que vieram com recursos próprios e se instalaram com estabelecimentos comerciais em cidades amazônicas, outras motivações, além das econômicas, nortearam esse processo. A pesquisa também mostrou a propriedade de analisar o fenômeno migratório na sua dupla dimensão, de fato coletivo e itinerário individual (Sayad, 1998). Mesmo levando em conta a força das circunstâncias históricas e das condições socioeconômicas embutidas no processo que motivaram as populações a emigrar, havia espaço para as decisões e ações dos sujeitos históricos envolvidos (indivíduos e/ ou famílias) nesse processo, como testemunham os depoimentos dos entrevistados. Esses depoimentos revelaram que a decisão de emigrar era geralmente tomada em conjunto com a família. Mesmo quando se tratava de uma partida individual, a decisão de partir raramente se configurava como uma atitude isolada. Aliás, no contexto da vida familiar de províncias italianas originárias da maioria dos imigrantes, a emigração era uma estratégia praticada de longa data, tendo em vista a melhoria das condições de vida, do padrão profissional e econômico dos indivíduos e/ ou famílias e algumas vezes da própria sobrevivência.

Referências

- Aliprandi, E. & Martini, V. (1932). *Gli italiani nel Nord del Brasile*. Belém: Typografia da Livraria Gillet.
- Alvim, Z. (1986). *Brava gente: Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense.
- Andrade, M. C. (1992). *A Itália no Nordeste*. Recife: Massagana.
- Bassanezzi, M. S. (1996). Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In Patarra, N. (Org.) *Emigração e imigração no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FUNUAP, 1, (pp. 1-7).
- Cappelli, V. (2007). *Imigrazione e urbanizzazione. La presenza degli italiani nelle 'altre Americhe'*. *Passato e Presente*, 71, 21-44.
- Cenni, F. (2003). *Italianos no Brasil: Andiamo in 'America*. São Paulo; Edusp.
- Constantino, N. (1991). *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST.
- Costa, C. (1924). *O Livro do Centenário*. Belém: Edições Princeps.
- Cruz, E. (1955). *A estrada de ferro de Bragança*. Belém: SPVEA.
- Emmi, M. (2007). *Raízes Italianas na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: NAEA/UFPA (Tese de Doutorado).
- Fontes, E. (2002). *Preferem-se portugueses (as): Trabalho, Cultura e Movimento Social em Belém do Pará (1885-1914)*. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado).
- HOMMA, A imigração japonesa na Amazônia. Belém: EMBRAPA/FIEPA, 2007.
- Karaan, A.I. *Os libaneses no Brasil*. Disponível em: WWW.rj.anpuh.org/Anais/1998.
- Klein, H. (2000). Migração internacional na história da América. In Fausto, B. (Org.), *Fazer a América*. São Paulo: Edusp.
- Levy, M. S. (1974). O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista Saúde Pública*, 8 (supl.), 49-90.
- Martínez, E. (2002). O Brasil como Destino para os Migrantes Espanhóis. In Fausto, B. (Org.), *Fazer a América*. São Paulo: Edusp.
- Muniz, J. P. (1916). *Imigração e Colonização. História e Estatística, 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial do Estado.
- Oliveira, L. L. (2001). *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Penteado, A. R. (1967). *Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará*. Belém: UFPA.
- Pereira, M. H. (2002). *A política portuguesa de imigração (1850-1930)*. São Paulo: Edusc.
- Ronca, G. (1908) Dalle Antille alle Guiane e all' Amazzonia. *Annali della Società Geografica*. http://www.solofrstorica.it/amazzonia_viaggi.html (consultado em 5 de novembro de 2006)

Santos, R. (1980). *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

Trento, A. (1989). *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana para o Brasil*. São Paulo: Nobel.

Zaidan, A. (2001). *Raízes Libanesas no Pará*. Belém/Secult/Governo do Estado do Pará, 2001.